

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2015.12.15

ASSUNTO: Proposta n.º 1002-P/2015

«Aprovar a renovação da deliberação de autorização para recrutamento de um Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza) e três Assistentes Operacionais (Tratador Apanhador de Animais), na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, por novo prazo de seis meses».

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 64º do Orçamento do Estado para 2015, aprovado pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, solicito a V. Ex.^a que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 15 de dezembro de 2015.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA



Basílio Horta



Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

9

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de Setembro, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 015.12.2015**

Proposta nº 1002-P/2015, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 15 de dezembro de 2015.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora do GAOM



Helena Saraiva

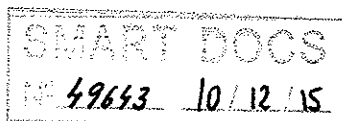


Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
PRESIDÊNCIA



PROPOSTA Nº 1002 - P/2015

Considerando, que:

No âmbito do Plano de Internalização, decorrente da dissolução das Empresas Municipais EDUCA e HPEM, bem como a transformação da Empresa Municipal SINTRAQUORUM, foi autorizada a abertura de, entre outros, procedimento concursal comum para recrutamento de 51 Assistentes Operacionais (Cantoneiro de Limpeza) para ocupação de postos de trabalho correspondentes a funções ou atividades que os trabalhadores cedidos se encontravam a executar, no contexto dos processos de internalização, por recurso unicamente a candidatos já detentores de prévio vínculo de emprego público por tempo indeterminado, ou equiparados;

O número de candidaturas que logrou obter-se ao referido procedimento concursal se manifestou insuficiente, obstando, assim, ao provimento da totalidade dos postos de trabalho já identificados, como necessários à concretização das atividades objeto de internalização, pelo que, foi aprovado, por deliberações dos Órgãos Executivo e Deliberativo Municipais, respetivamente de 09/06/2015 e de 18/06/2015, o recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, de um Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), por recurso a candidatos sem prévio vínculo de emprego público por tempo indeterminado – Proposta nº 423-P/2015, de 22/05/2015;

Considerando também, que:

Por deliberação dos Órgãos Executivo e Deliberativo Municipais, de 9 e 18 de junho de 2015, foi aprovado o recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, de quatro Assistentes Operacionais (Tratador Apanhador de Animais), por recurso a candidatos sem prévio vínculo de emprego público por tempo indeterminado;

O presente procedimento concursal resultou da prévia identificação, por parte do Gabinete Médico Veterinário, da necessidade de provimento dum conjunto de postos de trabalho, considerados como indispensáveis, para assegurar as atribuições confiadas ao serviço, que vem sendo confrontado com um crescente número de solicitações, nos mais diversos domínios de atuação, cujo número reduzido de efetivos, não permite uma resposta célere e intervenção atempada;

A insuficiência de recursos humanos assume especial importância no Núcleo do Canil e Gatil Municipal, considerando o exponencial aumento das situações de abandono de animais, que requerem a intervenção

15 DEZ. 2015



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



Doctº Agendado com •

Nº 9

daquele Gabinete, atendendo a que estão em causa questões de salubridade e saúde pública, às quais importa conferir adequada resposta, que conduza ao cumprimento das exigências e obrigações legalmente estabelecidas para a prestação de serviço público;

O procedimento concursal já encetado para recrutamento de 4 Assistentes Operacionais na área funcional de Tratador Apanhador de Animais, dirigido ao universo de trabalhadores da administração pública, com vínculo de trabalho por tempo indeterminado, revelou a impossibilidade de provimento dos postos de trabalho identificados com necessários, atenta a especificidade e natureza das funções;

O Orçamento de Estado para 2015 – aprovado pela Lei nº 82-B/2015, de 31 de Dezembro, estabelece, em matéria de *Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais* - artigo 64.º, que, estas não podem, em regra, encetar procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, destinados a candidatos que não possuem uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sendo que tal só pode ocorrer em situações excecionais, devidamente fundamentadas, em que o órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, pode autorizar a abertura dos referidos procedimentos concursais, e desde que se verifiquem, cumulativamente, os requisitos previstos no n.º 2 do artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015.

Referem, ainda, os nºs 3 e 4 do referido artigo que, “(...) *A homologação da lista de classificação final deve ocorrer no prazo de seis meses, a contar da data da deliberação de autorização prevista no número anterior, sem prejuízo da respetiva renovação, desde que devidamente fundamentada.*”, sendo “(...) *nulas as contratações e as nomeações de trabalhadores efetuadas em violação do disposto nos números anteriores, (...) havendo lugar a redução nas transferências do Orçamento do Estado para a autarquia em causa de montante idêntico ao despendido com tais contratações ou nomeações (...)*”.

Assim, e considerando ainda, que:

- O procedimento concursal para recrutamento de 1 Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), que integra o mapa de recrutamentos para 2015, aprovado por deliberações dos Órgãos Executivo e Deliberativo, respetivamente de 09/06/2015 e de 18/06/2015, no contexto do processo de internalização das atividades da Empresa Municipal HPEM, que ainda não logrou ver concretizada a sua publicação, encontrando-se em fase preparatória e em desenvolvimento dos mecanismos processuais necessários à sua posterior abertura;
- O procedimento concursal para recrutamento de 3 Assistentes Operacionais (Tratador Apanhador de Animais) aberto por aviso publicado em Diário da República, 2ª série, nº 209, de 26 de outubro de

Reunião de

15 DEZ. 2015

Doctº Agendado com o
Nº 9

2015, que se encontra na fase de análise de candidaturas;

- A existência de um conjunto significativo de procedimentos concursais a decorrer, consequentes do processo de internalização das Empresas Municipais, e que importará, nesta oportunidade, priorizar de modo a acautelar a sua execução e conclusão dentro dos prazos legais estabelecidos para o efeito, e que decorrem das deliberações da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, respetivamente de 21 e 28 de fevereiro de 2014, e que aprovaram a dissolução das Empresas Municipais EDUCA e HPEM, bem como a transformação da Empresa Municipal SINTRAQUORUM, com a concomitante internalização das atividades definidas no Plano de Internalização apresentado;
- A existência de um elevado número de procedimentos concursais a decorrer em simultâneo, resultantes quer da dissolução da Empresa Municipal SintraQuórum e da internalização das respetivas atividades por esta Câmara Municipal, em conformidade com as deliberações proferidas a 18 e 25 de novembro de 2014 pelo órgão executivo e deliberativo municipais, quer da internalização de todas as atividades correspondentes à gestão, organização e funcionamento da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra em resultado da criação de quadro legal (Lei 69/2015, de 16 de julho) que veio a permitir aos Municípios a assunção de competências em matéria de educação, que conduziu à aprovação da Proposta 747/2015 pelos órgãos executivo e deliberativo municipais em 10 e 17 de setembro último;
- Que os factos acima expostos tornam inviável a conclusão dos referidos procedimentos dentro do prazo da autorização concedida, em 18/06/2015, pela Assembleia Municipal, e que a Lei do Orçamento de Estado para 2015, prevê, no seu artigo 64º, no que respeita à abertura de procedimentos concursais comuns para recrutamento de trabalhadores por recurso a candidatos que não possuam um vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido, a necessidade de se obter a renovação da autorização do Órgão Deliberativo sob proposta do Órgão Executivo, nos exatos termos e em cumprimento do estatuído no n.º 3 do artigo 64.º da Lei do Orçamento de Estado para 2015; e, considerando, por fim, que importará, pelas razões acima aduzidas, acautelar a renovação da autorização inicialmente concedida, com os fundamentos atrás expostos.

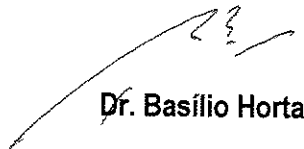
Tenho a subida honra de PROPOR ao órgão executivo municipal que, nos termos do artigo 64º do Orçamento do Estado para 2015, aprovado pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, **delibere aprovar, e submeter a subsequente deliberação da Assembleia Municipal, a renovação da deliberação de autorização para recrutamento de um Assistente Operacional (Cantoneiro de Limpeza), e três Assistentes Operacionais (Tratador Apanhador de Animais), na modalidade de contrato de trabalho**



por tempo indeterminado, por recurso a candidatos sem prévio vínculo de emprego público por tempo indeterminado, por novo prazo de seis meses, com fundamento na impossibilidade de concretização dos recrutamentos dentro do prazo inicial da mesma, atentas as fases procedimentais, legalmente impostas, que faltam ainda desenvolver-se até à conclusão dos procedimentos concursais comuns em curso.

Paços do Concelho de Sintra, 9 de 12 de 2015,

O Presidente da Câmara,



Dr. Basílio Horta

Reunião de

15 DEZ. 2015

Doctº Agendado com o
Nº 9

